



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO
MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 296867-0
IMPETRANTE: GISELIA MARIA DE ANDRADE
DEFENSOR PÚBLICO: CRISTINA SAKAKI
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR: THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES
RELATOR: DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. DEFERIMENTO DE LIMINAR. DIREITO LÍQUIDO E CERTO DEMONSTRADO DE PLANO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO INDISPENSÁVEL. PACIENTE CARENTE. DIREITO HUMANO À VIDA E À SAÚDE. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO. QUANTITATIVO DO MEDICAMENTO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Analisando as provas carreadas, constata-se o delicado quadro clínico do impetrante, e que o atraso ou ausência do remédio acarreta risco de vida e impossibilidade de cura. De fato, o laudo médico assinado pela dra. Lia Araújo (CRM 19.157) é atualizado e declara a necessidade da aplicação do Lucentis para tratamento de membrana neovascular subretiniana (CID H35.3) (fls. 26), e recusa da Secretaria de Saúde em fornecer o medicamento, através da Nota Técnica GAJ/GGAJ/SES Nº 0086/2013, com a conclusão que o medicamento não é fornecido gratuitamente pelo SUS.

2. Quem prescreve LUCENTIS (RANIBIZUMABE) ao paciente é a médico que lhe assiste, possuindo esta a devida formação técnica para prescrever o melhor tratamento disponível para tratar do caso concreto, avaliando as peculiaridades existentes. Ressalte-se, por fim, que a formação médica é com o ser humano, independentemente de sua condição social, e que precisa ter o tratamento adequado para garantir a sua dignidade.

3. Apenas a título de esclarecimento o Núcleo de Assessoria Técnica em Saúde (NATS), em parecer fornecido nos autos de recurso em matéria idêntica (RA 279.053-2/01), é expresso no sentido de não se poder descartar a eficácia do medicamento para os portadores de degeneração macular. Ressalta apenas que a prescrição médica deve estabelecer prazo mínimo de duração de tratamento, o que se revela razoável haja vista que o custo do fármaco é elevado e não pode ser desperdiçado, cautela esta que se impõe na presente lide mediante a exigibilidade da apresentação, a cada três meses, de prescrição comprobatória da melhoria da acuidade visual do paciente no início do tratamento, fazendo consignar a imprescindibilidade da continuidade da terapia.

4. Tratando-se a lide em apreço do direito à manutenção da saúde, garantia fundamental que assiste a todas as pessoas e dever indissociável do Estado, a comprovada necessidade do tratamento em apreço e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito da impetrante em buscar a tutela jurisdicional, face o amparo por meio de dispositivo constitucional.

5. Súmula nº 18 desta Corte de Justiça: "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial", posicionamento que se coaduna com jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

6. À unanimidade, concedida a segurança pleiteada, para que seja fornecido o medicamento LUCENTIS - RANIBIZUMABE reclamado pela parte impetrante, devendo, no entanto, a referida parte apresentar prescrição médica atualizada a cada três meses quando da retirada da medicação junto ao impetrado, a fim de comprovar a necessidade de continuação do uso desse medicamento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do **Mandado de Segurança nº 296867-0**, no qual figuram, como impetrante, **Giselia Maria de Andrade** e, como impetrado, o **Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco**,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Colendo Grupo de Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **conceder a segurança**, tudo de conformidade com os votos e notas taquigráficas em anexo, que, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 26 de Maio de 2013.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo.
Relator



5504

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO
MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 296867-0
IMPETRANTE: GISELIA MARIA DE ANDRADE
DEFENSOR PÚBLICO: CRISTINA SAKAKI
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR: THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES
RELATOR: DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

RELATÓRIO

Giselia Maria de Andrade impetra o presente *writ* em desfavor do **Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco**, autoridade acoimada coatora, em face da recusa ao fornecimento de medicamento impostergável à saúde da impetrante, cidadã idosa e carente na forma da lei.

A autora portadora de enfermidade grave, membrana Neovascular Subretiniana, em ambos os olhos com acuidade visual de CD a 30cm no olho direito e 20/200 em olho esquerdo com a melhor correção (CID 10 H35.3), necessitando de tratamento com o medicamento Ranibizumabe (Lucentis), na posologia inicial de 01 ampola por mês, intravítrea, durante 03 meses, podendo necessitar de outras aplicações a depender da evolução.

Diante da impossibilidade de suportar o encargo, a impetrante procurou a Secretaria Estadual de Saúde, solicitando o fornecimento do medicamento em comento, o que foi recusado em virtude, que, via Ofício nº 481-1/2013, uma vez que o medicamento solicitado não é fornecido pelo SUS.

Diante da recusa da autoridade coatora o impetrante manejou o presente *mandamus*, no qual colima, inicialmente, o deferimento dos benefícios da justiça gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/1950.

Em seguida, pugna pela concessão de liminar, a fim de que se determine à autoridade coatora o fornecimento urgente do medicamento, com a cominação de multa diária em caso de descumprimento da ordem judicial, e, ao fim, pela concessão da segurança, confirmando-se a medida e condenando-se o Estado nos ônus sucumbenciais.

Esta Relatoria concedeu a liminar requerida, determinando que autoridade coatora, fornecesse Lucentis – Ranibizumabe, por três meses no quantitativo de três ampolas.

Em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, foi dada oportunidade da autoridade coatora manifestar-se no feito, fato este que não feito, de acordo com a certidão de fls. 45.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

O representante do Ministério Público atuante nesta instância recursal, Sub-procuradora Maria Helena Nunes Lyra, opinou pela concessão de segurança.

É o relatório. À pauta.

Recife, 14 de março de 2013.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 296867-0

IMPETRANTE: GISELIA MARIA DE ANDRADE

DEFENSOR PÚBLICO: CRISTINA SAKAKI

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADOR: THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES

RELATOR: DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

VOTO

Como se presta ao amparo de direito líquido e certo, segundo se deflui do artigo 5º, LXIX, da Constituição Federal e do artigo 1º da Lei nº 12.016/2009, o processamento mandamental requer a pré-constituição da prova.

Analisando as provas carreadas, constata-se o delicado quadro clínico do impetrante, e que o atraso ou ausência do remédio acarreta risco de vida e impossibilidade de cura.

De fato, o laudo médico assinado pela dra. Lia Araújo (CRM 19.157) é atualizado e declara a necessidade da aplicação do Lucentis para tratamento de membrana neovascular subretiniana (CID H35.3) (fls. 26), e recusa da Secretaria de Saúde em fornecer o medicamento, através da Nota Técnica GAJ/GGAJ/SES Nº 0086/2013, com a conclusão que o medicamento não é fornecido gratuitamente pelo SUS.

Quem prescreve LUCENTIS (RANIBIZUMABE) ao paciente é a médico que lhe assiste, possuindo esta a devida formação técnica para prescrever o melhor tratamento disponível para tratar do caso concreto, avaliando as peculiaridades existentes.

Ressalte-se, por fim, que a formação médica é com o ser humano, independentemente de sua condição social, e que precisa ter o tratamento adequado para garantir a sua dignidade.

Apenas a título de esclarecimento o Núcleo de Assessoria Técnica em Saúde (NATS), em parecer fornecido nos autos de recurso em matéria idêntica (RA 279.053-2/01), é expresso no sentido de não se poder descartar a eficácia do medicamento para os portadores de degeneração macular. Ressalta apenas que a prescrição médica deve estabelecer prazo mínimo de duração de tratamento, o que se revela razoável haja vista que o custo do fármaco é elevado e não pode ser desperdiçado, cautela esta que se impõe na presente lide mediante a exigibilidade da apresentação, a cada três meses, de prescrição comprobatória da melhoria da acuidade visual do paciente no início do tratamento, fazendo consignar a imprescindibilidade da continuidade da terapia.



60
2

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

A certeza e liquidez decorrem da sobrejamente demonstrada sonegação de direitos de dignidade constitucional: à vida (art. 5º, *caput*, da CF/1988) e à saúde (art. 6º, *caput*).

A ilegalidade da omissão combatida reside na negativa de efetividade a esses direitos fundamentais e na violação a diversos normativos instituidores do dever estatal de prestação dos serviços de saúde em sentido amplo:

*"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e **recuperação**" (CF/1988, art. 196).*

"Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):

I - a execução de ações:

[...]

*d) de assistência terapêutica integral, **inclusive farmacêutica**" (Lei nº 8.080/1990).*

Os direitos aqui reivindicados, garantidos em normas constitucionais e infraconstitucionais, como demonstrado, e vilipendiados pela inação estatal, constituem fundamento relevante, conforme exigido pela Lei nº 12.016/2009, para a concessão da segurança. Nossa jurisprudência, em reiterados casos, vem admitindo o manejo do writ com semelhante desiderato, como no escólio a seguir:

"Administrativo e constitucional - Hepatite crônica - Medicação - Fornecimento - Dever do Estado. Já se firmou nos dois Grupos de Câmaras Cíveis deste Tribunal de Justiça a orientação jurisprudencial segunda a qual se o Poder Público Estadual não vem cumprindo o seu dever constitucional de fornecer às pessoas carentes, portadoras de enfermidades crônicas como a hepatite C, a AIDS e outras, a medicação de que necessitam para o seu tratamento, é perfeitamente lícito que elas invoquem a proteção do Poder Judiciário para compelir a autoridade administrativa competente a cumprir tal obrigação. Aplicação dos art. 196 e 198 da Carta Magna Federal.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

Procedentes Jurisprudenciais. Segurança concedida. Decisão unânime" (TJPE, Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis, MS nº 79922-8, rel. Des. José Fernandes, d.u., j. 04/05/2005, p. 16/06/2005).

Na esteira desse precedente, também foi editada a Súmula nº 18 deste Tribunal que assim dispõe: "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".

Caracterizada a relevância da fundamentação, os riscos de ineficácia da medida, se não deferida oportunamente são patentes, como já descrevemos há pouco, uma vez que o impetrante, além de ser pessoa idosa, depara-se com perigo de perder a visão.

Isto posto, corroboram-se tanto a ilegalidade do ato omissivo que se almeja suprir, quanto o direito líquido e certo vulnerado pela omissão, razão pela qual sou pela **concessão da segurança**, com base no artigo 1º da Lei nº 12.016/2009, para que seja fornecido o medicamento LUCENTIS - RANIBIZUMABE reclamado pela parte impetrante, devendo, no entanto, a referida parte apresentar prescrição médica atualizada a cada três meses quando da retirada da medicação junto ao impetrado, a fim de comprovar a necessidade de continuação do uso desse medicamento.

É como voto.

Recife, 26 de Março de 2013.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator